

A casa não cumpre apenas a função de abrigo, de construção familiar ou lazer, é também o lugar onde se cruzam a propriedade e as desigualdades sociais. Não ter acesso a habitação adequada é talvez a mais séria manifestação de exclusão social e a privação habitacional é uma das formas mais graves de pobreza.

Em Portugal, menos de 2% de alojamentos do parque habitacional português são habitação pública – esta é uma das mais baixas taxas de habitação pública na Europa. A Finlândia ainda tem 13%, a França 17%, a Dinamarca 21%, a Áustria 24% e a Holanda 30%.

Em Évora, o preço da habitação bate recordes absurdos, acima da média nacional, sendo a cidade do Alentejo onde os preços da compra e do arrendamento mais subiram. No último ano o preço para compra de casa subiu 9% e para arrendamento subiu 5,1% face a 2024. Só em Setembro de 2025 o preço do arrendamento no Alentejo subiu 15,3% enquanto no resto do país a média foi de 4,1%.

De acordo com os últimos censos, Évora tinha 4.000 habitações devolutas, isto quando quem quer comprar ou arrendar casa está confrontado com a colocação no mercado de habitação seja para venda seja para arrendamento a preços incomportáveis face aos rendimentos das famílias e o Município não oferece nova habitação social ou a preços acessíveis.

O Centro Histórico de Évora tem sofrido o despovoamento nos últimos anos e uma acentuada degradação do património edificado, ao mesmo tempo que a cidade tem crescido em bairros extramuros, divorciados do centro.

Também muitas das freguesias rurais apresentam um elevado grau de despovoamento, com a consequente existência de um elevado número de casas desocupadas e em risco de degradação.

Muitos dos bairros existentes tiveram génese clandestina não dispondo nem de infraestruturas adequadas nem de espaço público qualificado ou de zonas de fruição e lazer.

Importa inverter esta realidade, apostando na reabilitação urbana como instrumento de coesão social e territorial e tendo por objetivos principais requalificar, ganhar de novo para a habitação muitos fogos devolutos, melhorar



a qualidade do espaço público e a sua apropriação pelos munícipes, melhorar as acessibilidades e dinamizar a atividade económica e a vida cultural.

O Bloco de Esquerda há anos que suscita a necessidade de serem tomadas medidas fortes para travar esta crise da habitação e tem apresentado propostas para a mitigar. Contribuir para a resolução deste problema é um dos objetivos centrais do Bloco de Esquerda.

Construção de nova habitação pública-social e a rendas controladas-reabilitação do edificado e reconversão de edifícios públicos desocupados em habitação pública, construção cooperativa e privada com reserva de rendas acessíveis, é o caminho proposto.

Defendemos:

- ✱ O **aumento substancial do peso da habitação pública**, tornando-a mais justa e acessível, utilizando o previsto no Programa Primeiro Direito e na Lei de Bases da Habitação. A Estratégia Local de Habitação tem de ser uma ferramenta essencial e nortear a política de habitação dos próximos anos em Évora e face à evolução nos últimos anos tem de ser revista;
- ✱ Recurso a todas as verbas públicas disponíveis no PRR e recurso à linha de 1.340 milhões de euros aprovada para Portugal pelo BEI – Banco Europeu de Investimento que prevê a construção de 12.000 habitações a preços acessíveis para arrendamento, e negociar com o Governo que a “fatia” de financiamento para Évora seja substancial.
- ✱ A **delimitação de novas Áreas de Reabilitação Urbana** (ARU) que permitirão o enquadramento das necessárias intervenções no quadro legal da Reabilitação Urbana e do Regime Excecional da Reabilitação Urbana, e o respetivo acesso aos benefícios e financiamentos existentes, quer aos proprietários quer ao Município, e facilitarão o recurso a um conjunto de instrumentos – que vão desde a realização de obras e colocação no mercado de arrendamento de fogos devolutos à tomada de posse administrativa e recuperação de imóveis, nos casos limite de abandono por parte dos proprietários;



AUTÁRQUICAS - 2025

- ✳ **O combate a todas as medidas que discriminem negativamente o Centro Histórico de Évora**, inscrito na lista da UNESCO como Património da Humanidade, designadamente no tocante a isenção de IMI;
- ✳ **A promoção da ocupação de fogos devolutos no Centro Histórico** para arrendamento a preços acessíveis e/ou controlados, incentivando a instalação de jovens, inclusive como acima se disse pela intervenção da Câmara Municipal e no arrendamento forçado;
- ✳ **A penalização dos proprietários de imóveis devolutos e/ou degradados**, mediante agravamento máximo de IMI, criação de sobretaxas e a realização compulsiva de obras;
- ✳ **Apoio a cooperativas de habitação** para construção nova e licenciamento de nova construção privada, mediante a **fixação de 25% das habitações** a construir ser destinadas a habitação a **renda controlada**;
- ✳ **A defesa da Lei de Bases da Habitação**, que prevê a existência de mecanismos como o Conselho Local de Habitação, a Carta Municipal da Habitação, definição de zonas urbanísticas em situação de pressão habitacional, Relatório Municipal da Habitação, quotas de habitação acessível ou condicionada em novas construções;



AUTÁRQUICAS - 2025

- ✧ A **regulamentação do Alojamento Local e Turístico**, contemplando zonas de contenção e dispersão, limitando a atribuição de novas licenças de AL no Centro Histórico;
- ✧ **Agravar taxas** aplicáveis sempre que haja **alteração de uso de fogos habitacionais**;
- ✧ **Cooperar** com a **Universidade de Évora** na criação de **mais alojamento estudantil**;
- ✧ **Ações de defesa dos inquilinos**, travar despejos e assegurar uma regulação clara e justa quer no acesso à habitação;
- ✧ A **Habévora** tem de ser mais próxima dos munícipes que habitam casas do município, ter uma gestão mais transparente e ser um instrumento ao serviço da nova política de habitação.

